

## **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E INCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO NO MUNICÍPIO DE ARACATI**

*SCHOOL PHYSICAL EDUCATION AND INCLUSION: CONSIDERATIONS ON  
PEDAGOGICAL WORK IN THE MUNICIPALITY OF ARACATI*

*EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR E INCLUSIÓN: CONSIDERACIONES SOBRE EL  
TRABAJO PEDAGÓGICO EN EL MUNICIPIO DE ARACATI*

Pedro Henrique Silvestre Nogueira

E-mail: [pedrohenrique.livia91@gmail.com](mailto:pedrohenrique.livia91@gmail.com)

Centro Universitário Unijaguaripe

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1533-9387>

Symon Tiago Brandão Souza

E-mail: [symontiago@hotmail.com](mailto:symontiago@hotmail.com)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2899-9664>

Heraldo Simões Ferreira

E-mail: [heraldo.simoed@uece.br](mailto:heraldo.simoed@uece.br)

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1999-7982>

### **RESUMO**

Esta investigação tem por objeto analisar como o trabalho pedagógico centrado nas estratégias utilizadas pelos professores vem sendo desenvolvido nas aulas de Educação Física do município de Aracati-CE. Participaram do estudo dez professores da rede municipal de ensino. Possui como instrumento de coleta de dados um questionário eletrônico do tipo *survey*, composto de quatro distintas seções. Como principais resultados, constatou-se o desejo por mais momentos formativos. Já a compreensão sobre inclusão girou em torno das categorias da adaptação, igualdade de aprendizagem e igualdade de oportunidades. 90% dos professores relatam não se sentirem preparados para o trabalho com alunos com deficiência, sobretudo porque as dificuldades para desenvolver uma perspectiva inclusiva são caracterizadas pela falta de recursos materiais e de estrutura física adequada, assim como a falta de incentivo à formação continuada também se sobressaiu como um sério impedimento. Por sua vez, as atividades adaptadas surgiram como o principal recurso pedagógico utilizado pelos professores. Concluímos que a Educação Física escolar é essencial no processo de formação dos alunos, pois favorece a interação social, a autonomia, a autoconfiança, dentre outros. A proposta de inclusão escolar requer inúmeras implicações aos sistemas educacionais e aponta a necessidade de transformações no campo político, administrativo e pedagógico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva. Trabalho Pedagógico. Educação Física Escolar.

## ABSTRACT

*This research aims to analyze how the pedagogical work centered on the strategies used by teachers has been developed in Physical Education classes in the municipality of Aracati-CE. Ten teachers from the municipal education network participated in the study. It uses an electronic survey-type questionnaire as a data collection instrument, composed of four distinct sections. The main results showed a desire for more formative moments. Understanding about inclusion revolved around the categories of adaptation, equality of learning, and equality of opportunities. 90% of teachers report not feeling prepared to work with students with disabilities, mainly because the difficulties in developing an inclusive perspective are characterized by the lack of material resources and adequate physical structure, as well as the lack of encouragement for continued training also stood out as a serious impediment. In turn, adapted activities emerged as the main pedagogical resource used by teachers. We conclude that school Physical Education is essential in the student's formation process, as it favors social interaction, autonomy, self-confidence, among others. The proposal for school inclusion requires numerous implications for educational systems and points to the need for transformations in the political, administrative, and pedagogical field*

**KEYWORDS:** *Inclusive education. Pedagogical work. School Physical education.*

## RESUMEN

Esta investigación analiza cómo el trabajo pedagógico centrado en las estrategias utilizadas por los maestros se ha estado desarrollando en las clases de Educación Física del municipio de Aracati-CE. Participaron del estudio diez profesores de la red municipal. El instrumento de recolección de datos fue un cuestionario electrónico, compuesto por cuatro secciones. Como principales resultados, se encontró un deseo de más momentos formativos. La comprensión sobre la inclusión, giró en torno a las categorías de adaptación, igualdad de aprendizaje e igualdad de oportunidades. El 90% de los maestros informaron no sentirse preparados para trabajar con estudiantes con discapacidad, principalmente debido a las actuales dificultades caracterizadas por la falta de recursos materiales y estructura física adecuada. Sin embargo, la falta de incentivos para la formación continua también se destacó como un serio impedimento. Las actividades adaptadas surgieron como el principal recurso pedagógico utilizado por los profesores. Se concluye que la Educación Física escolar es esencial en el proceso de formación de los estudiantes, ya que favorece la interacción social, la autonomía, la autoconfianza, entre otros aspectos. La propuesta de inclusión escolar requiere numerosas implicaciones para los sistemas educativos y señala la necesidad de transformaciones en los ámbitos político, administrativo y pedagógico.

**PALABRAS CLAVE:** Educación Inclusiva. Trabajo Pedagógico. Educación Física Escolar.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a exclusão social é uma realidade enfrentada por muitas pessoas cotidianamente, entre elas podemos mencionar as pessoas com deficiência, ponto fulcral deste estudo. Infelizmente, o ambiente escolar, pelo fato de ocorrerem muitas vivências coletivas e relações sociais, é um recinto em que várias vezes a exclusão se desvela em diferentes momentos, como na organização de grupos para realizar trabalhos e tarefas, nas brincadeiras na hora do intervalo, assim como nas atividades propostas nas aulas, principalmente nas aulas de Educação Física.

Para Mantoan (2003, p. 13) essa exclusão se apresenta de diferentes formas, e “quase sempre o que está em jogo é a ‘ignorância’ do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar”. Para esta autora, a escola se democratizou abrindo-se para novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Por isso, é preciso atentar-se às ações que permeiam a exclusão, uma vez que alguns estudos já apontam que ela vindo sendo o principal motivo da evasão escolar (Ferreira; Oliveira, 2020; Silva Filho; Araújo, 2017).

Situada dentro de uma breve historiografia internacional, que sempre ocorreu em meio a avanços e retrocessos, Franco e Gomes (2020) consideram que a pauta da universalização da Educação Inclusiva vem sendo discutida de forma mais incisiva globalmente a partir dos anos de 1990, por meio da promulgação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos<sup>1</sup> e da Declaração de Salamanca<sup>2</sup>.

No Brasil, posterior a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que asseguram que a educação deve ser um direito de todos, o ano de 2015 demarca um marco político-legal da Educação Inclusiva, pois, para garantir o direito a educação das pessoas com deficiência em escolas que considerem as diversas características e necessidades dos estudantes, instituiu-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que se tornou o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O referido estatuto objetiva assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania (Brasil, 2015). Em seu capítulo IV, que versa sobre o direito à Educação, está explícito no art. 27 que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, p. 32).

Na área da Educação Física, essa discussão também aconteceu de forma tardia, pois, se levarmos em consideração o contexto histórico da construção desse campo de conhecimento enquanto “disciplina” na escola, a Educação Física, segundo Souza (2022), apresentou-se

---

<sup>1</sup> Ver mais em Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 01 mar. 2024.

<sup>2</sup> Ver mais em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

primeiramente sob forte influência das áreas militar e médica, com o propósito de buscar corpos saudáveis e prepará-los fisicamente.

A partir da década de 1970, assumindo agora uma perspectiva esportivista, Souza (2022) afirma que o foco principal da Educação Física era buscar novos talentos nos esportes, o que contemplava somente aqueles que se destacavam em alguma modalidade e excluía uma maioria que não demonstrava habilidades técnicas, como também os estudantes com deficiência.

Somente a partir da década de 1980, com o advento da Constituição Federal de 1988 e outras questões mais amplas, que, ao menos no papel, é possível verificar uma mudança no campo da Educação Física, pois esta passa a assumir, sobretudo em muitas propostas curriculares, uma visão crítica e pedagógica em relação ao entendimento de sua identidade na escola, ao buscar, a partir de suas práticas pedagógicas, atender a todos os alunos.

A continuidade da perspectiva inclusiva na Educação Física ganha notoriedade também no ano de 1998 com os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998, p. 19) ao apontar que no princípio da inclusão deve-se: “reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência”.

De forma mais recente, quanto ao documento da Base Nacional Comum Curricular, Silva (2021) afirma que a proposta curricular tratou a Educação Física de forma superficial, não havendo recomendação, direcionamentos ou menção quanto à pessoa com deficiência. Grosso modo, o documento apresenta apenas um compromisso com os alunos com deficiência, sugerindo currículos diferenciados, práticas inclusivas, mas sem propor estratégias metodológicas ou ações para tal.

O que se sabe é que a inclusão é uma realidade mundial e que de fato deve ser discutida, planejada e colocada em prática. Sendo assim, a última pesquisa de maior impacto social em território brasileiro sobre a temática da deficiência denominada “Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil”, a qual foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2019, identificou que no país vivem cerca de 17,2 milhões de pessoas que possuem alguma deficiência, seja ela visual, auditiva, física, dentre outras. Desse quantitativo, o maior percentual se encontra na região Nordeste (9,9%), onde todos os Estados permaneceram acima da média nacional. Foi identificado também que mais de 135.000 estudantes em idade escolar de 6 a 14 anos possuem alguma deficiência física (Brasil, 2019).

Diante desses números, associados ao período pandêmico, o qual deixou inúmeras incertezas no campo da educação, é preciso acompanhar essa nova realidade, ou seja, dentre muitos questionamentos, como as escolas estão se preparando para receber esses alunos? Como vem ocorrendo a formação e capacitação sobre Educação Inclusiva?

Diante destas problemáticas, é salutar destacar que a categoria da inclusão arrolada neste texto refere-se e limita-se à inclusão de estudantes com deficiência em meio às aulas de Educação Física. São várias as incógnitas e os desafios relacionados à perspectiva inclusiva que justificam a necessidade dessa proposta investigativa na região Nordeste do país, especificamente no Estado do Ceará.

Portanto, esta investigação teve como *locus* investigativo o município de Aracati-CE. Dentre outros atributos, o município é rico em cultura, desenvolvimento e turismo, atraindo pessoas de todo o Brasil e do mundo. Pensando na perspectiva inclusiva, a atual gestão municipal vem buscando criar programas incentivadores da inclusão que estimule o bem-estar e a socialização.

Distribuídos ao longo de seu território geográfico, podem ser visualizados vários programas e projetos como o *Projeto Praia Acessível* criado em parceria com o Governo do Estado do Ceará<sup>3</sup>. O projeto visa a atender as pessoas com deficiência e idosos ao possibilitar um “banho de mar” com auxílio de profissionais capacitados.

Somado ao *Projeto Praia Acessível*, existem ainda outros projetos em funcionamento como *Centro Vida, Amigos da Inclusão, Núcleo de Atendimento Especializado e Inclusão*, para citar alguns. No âmbito educacional, a mais recente iniciativa foi formulada no ano de 2021. Referimo-nos à implementação da Lei Municipal de nº 556/2021, com o título de *Programa Educacional para a prática de Educação Física inclusiva para estudantes com deficiência*. Embora seus principais objetivos, motivação e filosofia não sejam detalhados ou explícitos, este programa se ancora em quatro principais pilares, que são eles:

- I – Garantir a inclusão do estudante com deficiência nas atividades da Educação Física Escolar;
- II – Promover a capacitação dos professores da área de Educação Física para aplicação deste programa de inclusão social;
- III – Garantir a adequação dos espaços físicos das escolas nos termos da legislação vigente no que tange a acessibilidade;
- IV – Promover o atendimento educacional no que diz respeito à educação física escolar (Aracati, 2021, p. 01).

<sup>3</sup> Maiores detalhes sobre o Projeto Praia Acessível podem ser visualizados em: <https://www.ceara.gov.br/2021/10/15/terceira-estacao-do-projeto-praia-acessivel-e-inaugurada-na-praia-de-majorlandia-em-aracati/>.

Partindo da premissa que o município de Aracati, por meio de suas políticas públicas, visa a estimular a inclusão escolar e criar uma identidade inclusiva, este estudo tem como objetivo geral analisar como o trabalho pedagógico vem sendo desenvolvido nas aulas de Educação Física, centrando-se nas estratégias mais utilizadas pelos professores.

Como objetivos específicos, destacamos os seguintes: identificar quais as principais dificuldades e desafios vivenciados pelos professores de Educação Física; contextualizar, a partir da percepção destes professores, as principais contribuições proporcionadas nas aulas de Educação Física.

A respeito dos principais contributos deste estudo, acreditamos que, ao nos acercarmos das questões concretas que envolvem o trabalho pedagógico junto aos estudantes com deficiência, estaremos também ampliando o debate científico e colaborando para solucionar os dilemas e desafios que se apresentam no atual cenário escolar de Aracati.

## **CAMINHOS METODOLÓGICOS**

O estudo foi delineado a partir da abordagem qualitativa, pois se baseou na realidade concreta em que se inserem os alunos com deficiência. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa também envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que os que irão se aventurar pelos seus desvelamentos deverão se ater aos objetos de estudo em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos, em se tratando dos significados que as pessoas a eles conferem.

Como mencionado, a investigação foi realizada no município de Aracati, localizado no Estado do Ceará. Segundo o portal da prefeitura do município, Aracati é uma cidade conhecida popularmente por “Terra de Bons Ventos”, fundada em 25 de outubro de 1842, e que tem uma população estimada de 73.188 pessoas (Aracati, s/p, s/d).

De acordo com o último censo divulgado no ano de 2022 pelo IBGE, existiam 9.929 alunos matriculados no ensino fundamental do aludido município, que conta com trinta escolas que contemplam o ensino fundamental (anos finais). Destas, quatro são da rede privada e vinte seis são municipais.

Os sujeitos participantes do estudo foram dez professores de Educação Física, atuantes no ensino fundamental (anos finais). Vale destacar que todos eles responderam a um

questionário eletrônico<sup>4</sup> do tipo *survey*, compartilhado em um grupo de *WhatsApp* oficial e enviado também por e-mail, após contato com a coordenadoria de Educação Física do referido município a respeito dos fins da pesquisa. Reforçamos que, com a prerrogativa de contemplar um maior quantitativo de docentes, tal questionário ficou disponível durante dez dias.

Vale frisar ainda que, com o intuito de manter o anonimato dos mesmos, seus nomes foram substituídos pelos nomes dos principais bairros do aludido município. Para tanto, fez-se necessário estabelecer alguns critérios para a participação: a) Concordar com o termo de consentimento expresso na primeira parte do questionário eletrônico. b) Possuir formação inicial em Licenciatura em Educação Física. c) Atuar em escolas no município de Aracati, nos anos finais do ensino fundamental.

O questionário eletrônico é composto das seguintes seções: perfil dos colaboradores; formação inicial, docência e inclusão; compreendendo a deficiência nas aulas de Educação Física; e possibilidades e contribuições de uma Educação Física Inclusiva.

Submeteu-se, preliminarmente, à sua realização um pré-teste para fins de melhoria desse instrumento de coleta, no qual participaram professores e investigadores de um grupo de estudos e pesquisas vinculados a uma Universidade Pública do Estado do Ceará, para somente então ser aplicado no mês de novembro de 2023.

Para a análise dos dados, optamos por aplicar a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2010). Dessa forma, e com base no que requer a referida técnica, cabe ao pesquisador observar e analisar o que foi dito e o que não foi dito pelos participantes da pesquisa, classificando o material coletado por categorias analíticas. Em consonância com essa argumentação, Silva e Fossá (2015, p. 2) afirmam que:

A conceptualização da Análise de Conteúdo pode ser concebida de diferentes formas, tendo em vista a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, seja adotando conceitos relacionados à semântica estatística do discurso, ou ainda, visando à inferência por meio da identificação objetiva de características das mensagens.

É nesse momento que o pesquisador analisa e realiza interpretações, interrelacionando-as com a problemática e os objetivos da pesquisa ou abre outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas sugerida pela leitura do material utilizado.

Por fim, quanto aos aspectos éticos da pesquisa, frisamos que foi destacado no texto

---

<sup>4</sup> O questionário pode ser visualizado por meio do seguinte link: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdDifevBsPgEdnKL2CmvVik5uCT\\_y9ov0lidgFNVdmIYXiLqg/vi ewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdDifevBsPgEdnKL2CmvVik5uCT_y9ov0lidgFNVdmIYXiLqg/vi ewform)

inicial do questionário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com o qual só seria possível participar da pesquisa se o participante assinalasse seu consentimento. O estudo ainda é amparado pelo art. 1º da Resolução MS/CNS nº 510 (2016), que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, ao afirmar que não será registrada nem avaliada pelo sistema CEP/Conep “pesquisa de opinião pública com participantes não identificados” (Resolução MS/CNS n. 510, 2016).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Perfil dos colaboradores da pesquisa

O principal objetivo desta seção é o de apresentar os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário eletrônico. Para melhor entendimento, favorecendo uma melhor compreensão do leitor, foram elaborados quadros nos quais estarão os achados da investigação. Como expresso, a primeira seção abordou o perfil dos colaboradores, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir:

**Quadro 01-** Perfil dos colaboradores da pesquisa

Professores	Formação acadêmica	Regime de contratação	Tempo de docência
Cabreiro	Graduado	Contrato temporário	De 01 a 05 anos
Canoa Quebrada	Especialista	Contrato temporário	De 01 a 05 anos
Girau	Especialista	Contrato temporário	De 01 a 05 anos
Mata Fresca	Especialista	CLT	De 01 a 05 anos
Quixaba	Especialista	CLT	De 06 a 10 anos
Santa Tereza	Especialista	Efetivo	De 06 a 10 anos
Barreira dos Vianas	Especialista	Efetivo	De 11 a 20 anos
Pedregal	Especialista	Efetivo	De 11 a 20 anos
Campo Verde	Especialista	Efetivo	De 11 a 20 anos
COHAB	Mestrado em Andamento	Efetivo	De 11 a 20 anos

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2024.

Dentre os pontos apresentados na tabela acima, chamamos atenção para o fato que três professores, ou seja, 30% da amostra, estarem na condição de “contrato temporário”. Isso implica dizer que possuem um regime de contratação com prazo determinado e que são muitas



as incertezas se irão continuar ministrando aulas ao término do período de contrato. Embora estes profissionais estejam atuando nas mesmas funções e condições de responsabilidade que os demais professores efetivos, eles não têm a garantia dos mesmos direitos e benefícios<sup>5</sup>.

Vale a consideração de que a contratação e a alta rotatividade de professores temporários no Estado do Ceará são regidas pela Lei Complementar nº 22, de 24 de julho de 2000, fundamentada de acordo com a Constituição Federal de 1988, e sempre decorreu da falta de professores nas escolas em relação ao crescimento do número de matrículas a cada ano letivo. Contraditoriamente tal lei foi criada para ser utilizada somente em casos excepcionais, no entanto se transformou em uma condição permanente na educação do Estado (Santos Filho; Magalhães Junior, 2020).

Este cenário de precarização do trabalho docente, que não reconhece a continuidade do trabalho pedagógico e prejudica a qualidade do ensino e da aprendizagem ao longo dos anos, coaduna com o pensamento de Seki et al. (2017, p. 942), ao afirmarem que são os professores temporários “passageiros permanentes da educação básica”. Este indicativo pode ter relação direta com a constatação de que apenas o professor COHAB está inserido em um programa de mestrado.

### **Formação inicial, docência e inclusão**

Com esse aspecto do perfil dos professores analisado, a seguir dialogaremos sobre características da formação inicial, procurando revelar se esta possui alguma influência em atuações nas aulas de Educação Física. Para tanto, os professores foram indagados sobre o que entendem por inclusão? As respostas obtidas coadunaram a respeito de um “pensamento genérico” sobre a temática, conforme explícito no quadro abaixo.

**Quadro 02 - Conhecimentos sobre a inclusão**

Girau	<i>“Inclusão é quando todos têm direitos e deveres iguais. No caso do espaço escolar, crianças e adolescentes, independentemente de suas limitações, têm lugar para aprender e adquirir conhecimento”.</i>
Mata Fresca	<i>“Na teoria, inclusão deveria ser a oferta de ambientes, serviços e atividades em que todos pudessem participar, sem exceção. Atividades em que mesmo as pessoas com deficiência pudessem participar todos juntos. Só que na realidade, nos exigem atividades diferentes para esses alunos, deixando claro, uma segregação na sala de aula”.</i>

<sup>5</sup> Podemos dizer que não existe nenhuma garantia trabalhista assegurada aos professores temporários, entre as quais podemos citar algumas conquistas históricas como, Seguro Desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, verbas rescisórias, férias, dentre outros.

Barreira dos Vianas	<i>“A capacidade que a sociedade tem para poder adaptar e para incluir pessoas com necessidades educacionais”.</i>
Campo Verde	<i>“Adequar modalidades e metodologias para todos os públicos, como forma de proporcionar equidade aos mesmos. Evitando situações capacitistas”.</i>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2024.

Os mais importantes debates e discussões sobre a inclusão e sua importância nem sempre são acompanhados de recursos e condições para garantir uma boa qualidade de ensino a todos os sujeitos. Em uma perspectiva mais ampla, Sasaki (2005) afirma que a inclusão social consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade para que sejam eliminados os fatores que excluem determinadas pessoas do seu meio e mantenha afastadas aquelas que foram excluídas.

Sendo assim, as falas dos professores também evidenciam que a compreensão sobre a inclusão gira em torno das categorias da adaptação, da igualdade de aprendizagem e da igualdade de oportunidades. Nesse sentido, tais categorias podem ser acompanhadas do pensamento de Da Silva *et al.* (2023) que compreendem que o fenômeno da inclusão pode e deve ser considerado como um aparato de ações voltadas para garantir a efetiva participação de todos os sujeitos pertencentes a uma sociedade, com base na equidade de oportunidades. Isso também implica dizer que o trabalho pedagógico nesta perspectiva não se deve considerar aspectos socioeconômicos, culturais, condições físicas, opções de gênero e/ou orientação sexual em detrimento do humano.

Tornou-se perceptível que os docentes compreendem a conceituação do processo de inclusão educacional. Mas o entendimento, bem como as leis, de fato, por si só, não basta. É preciso planejar, é preciso pôr em prática, é preciso avaliar e (re)avaliar a todo instante a conduta e a metodologia docente. Aqui nos apropriamos da frase de autoria de Carlos Drummond de Andrade (2000, p. 29) “as leis não bastam. Os lírios não nascem das leis”.

Souza, Pereira e Venâncio (2022) chamam a atenção que em uma perspectiva da educação inclusiva não é o aluno que deva se adaptar ao ensino, mas sim a escola; bem como aqueles que fazem a escola é que devam promover meios para que esse aluno com deficiência também tenha acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Seguindo o mesmo raciocínio, nós os questionamos sobre o que entendem por “deficiência”. Destacamos que a nomenclatura “pessoa com deficiência” se refere aos sujeitos que possuem uma ou mais especificidades físicas, mentais, sensoriais ou intelectuais que podem afetar suas atividades diárias e sua participação na sociedade, no entanto é crucial compreender

que a deficiência não define a pessoa em sua totalidade, ou seja, é apenas uma pequena parte de sua identidade. Vejamos, portanto, no quadro 03, algumas das respostas por eles elaboradas.

### Quadro 03 - Conhecimentos sobre deficiência

Cabreiro	<i>“Limitações que impedem a realização fluida de determinadas situações, necessitando de adequações específicas para cada deficiência”.</i>
Quixaba	<i>“Qualquer tipo de perda ou anormalidade que limite as funções físicas ou intelectuais de um ser humano”.</i>
Pedregal	<i>“Alterações completas ou parciais do corpo, causando dificuldade na locomoção e coordenação”.</i>
Campo Verde	<i>“Deficiências são determinadas limitações ou impedimentos que um corpo possa ter, ou perda ou falta de algum membro no corpo”.</i>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2024.

Como se sabe, existem diferentes tipos de deficiências, que podem afetar uma ou mais áreas do funcionamento humano. De acordo com a Biblioteca Virtual em Saúde<sup>6</sup> existem mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil. Esse número perfaz um total de 23,92% da população. Assim, o fato de evidenciarmos a percepção dos docentes sobre a deficiência está na perspectiva de reconhecer e de romper com uma visão assistencialista dela que se concentra principalmente em fornecer assistência e suporte para as necessidades mais imediatas, sem abordar integralmente as causas subjacentes das desigualdades e barreiras que enfrentam. Essa abordagem muitas vezes enfatiza a caridade e a ajuda filantrópica, em vez de promover a autonomia, a inclusão e os direitos desses sujeitos.

Com base nas respostas do quadro anterior, evocamos Diniz (2007) para aclarar as nuances do conceito de deficiência, uma vez que a autora nos alerta que um corpo deficiente não é um corpo anormal. Para ela, é atribuído à anormalidade um julgamento estético ou um valor moral que desemboca numa visão reducionista sobre esta condição compreendida pelo viés biológico. “A deficiência, por sua vez, é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência” (DINIZ, 2007, p. 09).

Com as temáticas da inclusão e deficiência contextualizadas, a última pergunta desta seção vislumbrou se os professores se sentem preparados ou não para trabalharem com os alunos que possuem alguma deficiência. Portanto, três alternativas foram disponibilizadas, a saber: a) sim, totalmente; b) sim, mas com algumas limitações - assinalada por nove

<sup>6</sup> Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/11-10-dia-da-pessoa-com-deficiencia-fisica/>

professores; c) não me sinto preparado - assinalada por um professor.

Deste modo, é nítido que o professor de Educação Física precisa estar preparado para colaborar com o processo de inclusão escolar, sobretudo porque a cada dia que passa surgem novas perspectivas e situações nas quais os professores necessitam estarem capacitados para enfrentar os desafios no ambiente escolar. Portanto é preciso pensar novas metodologias, adaptações e mudanças para inserir os alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. Mantoan (2003) reforça ainda que os professores devem ser otimistas ao mostrar para aqueles que fazem a escola (pais, alunos, e demais funcionários) que a inclusão é possível, mas que requer um esforço coletivo.

Chama-nos a atenção o fato que nenhum professor se sente devidamente preparado para trabalhar com os alunos com deficiência. O que pode ser especulado é que os professores enfrentam diversas dificuldades e desafios ao trabalharem com tais alunos, dentre os quais a falta de formação e capacitação, sendo que um ambiente inclusivo requer abordagens pedagógicas diferenciadas. De posse destas constatações, buscou-se compreender como é o trabalho pedagógico desenvolvido nas aulas de Educação Física; tema arrolado a seguir.

### **Compreendendo a deficiência nas aulas de Educação Física**

Na primeira pergunta desta seção, os professores foram indagados sobre as principais dificuldades e desafios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Com base nas respostas, sobressaíram-se os aspectos da falta de recursos materiais, a acessibilidade, e ainda mais recorrente foi a temática da formação adequada, como vem sendo recorrente em vários momentos deste estudo.

**Quadro 04 - Principais dificuldades e desafios para o trato com a deficiência**

Cabreiro	<i>“Falta de acessibilidade, falta de materiais específicos, falta de profissionalismo e capacitação”.</i>
Girau	<i>“A principal dificuldade é o acesso aos recursos materiais, deslocamento do aluno pelos espaços da escola. Ou seja, a infraestrutura como um todo”.</i>
Santa Tereza	<i>“Materiais adaptados, auxílio para a movimentação desse aluno e formação adequada sobre o assunto”.</i>
Quixaba	<i>“Recursos, materiais e apoio de monitores em sala (temos salas já com a presença de monitores), mas algumas vezes o número de monitores não é compatível com o número de alunos com alguma especialidade”.</i>
Campo Verde	<i>“Alguns alunos com deficiência ficam receosos em participar das aulas de educação física. Aí entra o papel do profissional, conversando, incentivando e orientando corretamente o aluno e seus colegas”.</i>
COHAB	<i>“Suporte pedagógico, formação continuada, material esportivo...”.</i>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2024.

Apesar dos recentes avanços quanto ao reconhecimento da importância das aulas de Educação Física para o desenvolvimento integral dos alunos, os professores ainda encontram dificuldades de trabalhar em uma perspectiva inclusiva, seja por falta de recursos materiais, por falta de estrutura física adequada, ou pela falta de incentivo à formação continuada. É válido o comentário de Ferreira e Oliveira (2020) ao afirmarem que os principais dilemas dos professores passam pela formação/capacitação.

No contexto da formação continuada, é preciso que esta etapa realmente possa refletir os problemas reais de uma comunidade escolar. Por esse motivo se faz imprescindível pelas autoridades em educação oferecer espaços formativos e permanentes para o coletivo da escola, que possibilitem reflexões sobre as diversas ações escolares, congregando as ações inclusivas, de modo que os atores escolares possam expor suas dúvidas, seus medos e inseguranças, que possa ainda haver intercâmbios de saberes, favorecendo ações educacionais cada vez mais inclusivas.

É na formação inicial que o futuro professor já possa ser incentivado a realizar leituras, investigar, produzir conhecimento e empregar recursos metodológicos que contribuam para a melhoria da aprendizagem de todos os alunos. E, diante destes achados e das dificuldades relatadas, vislumbramos as estratégias utilizadas pelos professores para inserir os estudantes com deficiência em suas aulas, como retrata o quadro a seguir.

#### Quadro 05 - Estratégias utilizadas pelos professores de Educação Física

Girau	<i>Adaptar as atividades para a participação desses alunos.</i>
Quixaba	<i>“Oferecer atividades práticas em que todos participem juntos. Ou dividir a turma em dois grupos, sendo que uma parte participe junto com o aluno deficiente. Mas sabemos que cada aluno é um caso e existem situações em que não é possível incluí-lo na turma. Nesses casos, eu tento desenvolver alguma atividade de mobilidade apenas com esse aluno, lançando desafios. Uma vez que o meu principal objetivo é ver todos praticando alguma atividade física durante a aula, se todos estiverem participando de alguma forma, estou feliz”.</i>
Barreira dos Vianas	<i>“Atividades adaptadas que possibilitam a participação do aluno, juntamente com toda a turma”.</i>
Campo Verde	<i>“Atividades adaptadas. Demonstrações e práticas de esportes paralímpicos”.</i>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2024.

Tornou-se consenso entre as respostas dos professores a utilização das atividades adaptadas como o principal recurso pedagógico. Um apontamento pertinente que possui estreita relação aos achados é o de que, no estudo de Silva (2019), foram identificados somente 15 grupos de pesquisa com a temática Educação Física Adaptada (sendo que 4 deles pertencem a

região nordeste) no Brasil. Outro dado relevante foi a existência de apenas 20 cursos de especialização *latu sensu* com a mesma nomenclatura, devidamente registrados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Cabe-nos a inferência de que tal número torna-se irrisório se compararmos com os 1.663 cursos de Educação Física existentes no Brasil e que como deve implicar diretamente na qualidade de formação de professores para atuar com alunos com deficiência.

De acordo com Simões *et al.* (2018, p. 42), a adaptação, enquanto princípio metodológico que adequa as atividades propostas ao aluno com deficiência, só deve ser empregada/utilizada se forem valorizadas “à capacidade cognoscitiva e à prática social, ao conhecimento e às suas possibilidades enquanto sujeito histórico”. Vale lembrar ainda que o princípio da adaptação deve perpassar também o currículo, o material utilizado e a proposta avaliativa, assim como deve ser atrelado a outros princípios metodológicos, tais como a contextualização, a relevância social e a provisoriedade dos conhecimentos trabalhados. Souza, Pereira e Venâncio (2022) apontam também como caminhos para que os docentes trabalhem em uma perspectiva inclusiva a necessidade de o professor (re)ver suas práticas de ensino, adaptando as metodologias e se utilizando de recursos que facilitem a inclusão de todos.

No entanto, uma reflexão merece ser formulada sobre o posicionamento de um dos sujeitos da pesquisa, referenciado como Quixaba. Defendemos que, tendo em vista a precarização das escolas brasileiras e as condições objetivas da classe docente que atua na educação básica, uma prática inclusiva se faz em um cenário de complexidade e que neste cenário se faz necessária uma ação consciente por parte dos docentes. No entanto, trabalhar com alunos com deficiência de forma isolada é desvalorizar a individualidade e as potencialidades que estes possuem. Tal prática, que se reproduz em outros ambientes formativos e educacionais, de certo modo é um reflexo de um sistema educacional que historicamente se baseia na homogeneização do ensino.

Visando a romper com essa perspectiva, a Educação Física inclusiva é entendida como uma forma que objetiva garantir que todos os alunos, independentemente de suas limitações, habilidades e/ou características individuais, tenham as mesmas oportunidades de participar integralmente das aulas. Esse modo de compreender a Educação Física é fundamentado no respeito pela diversidade, pela igualdade de oportunidades e pela promoção da inclusão social (Rodrigues; Lima; Lima Rodrigues, 2017).

Portanto, soa como questionável a ideia de homogeneização e padronização, uma vez que cada estudante possui ritmos, estilos, diferenças e singularidades que merecem ser

potencializadas. Dessa maneira, os professores devem buscar trazer inovações para uma perspectiva inclusiva, compreendendo as dificuldades dos alunos com deficiência e estimulando o desenvolvimento de sua autonomia. Por isso vale lembrar que:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2010, p.10).

### Possibilidades e contribuições de uma Educação Física Inclusiva

Nesta última seção do manuscrito, abordaram-se as possibilidades e as contribuições da componente curricular Educação Física. A última indagação desta investigação consistiu em detectar as principais contribuições que a Educação Física pode oferecer aos alunos com deficiência. De dez respostas analisadas, selecionamos três que, em nossa concepção, melhor respondem e condensam o pensamento dos docentes.

#### Quadro 06 – Possibilidades e contribuições da Educação Física

Mata Fresca	<i>“Ajuda na mobilidade, pois muitas vezes isso vai trazer resultados na independência do aluno em tarefas simples do dia a dia. Possibilidade de socialização e de novas amizades. Encontrar um esporte que tal aluno se identifique pode ajudá-lo a melhorar sua autoestima e a perceber que ele mesmo pode sempre ir mais longe com dedicação e treinamento. Assim, ele tem mais vontade de correr atrás dos próprios sonhos, afastando o pensamento de querer desistir da vida”.</i>
Pedregal	<i>“Valorizar o aluno e mostrar sua capacidade de adaptar e viver bem em sociedade”.</i>
COHAB	<i>“Desenvolvimento inclusivo, respeito às pessoas com deficiências e capacidade de sentir útil e até mesmo de sonhar em profissional do esporte”.</i>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2024.

Considerando que, de fato, a Educação Física contribui diretamente com pontos positivos na inclusão de alunos com deficiência em suas aulas práticas, as barreiras a serem quebradas vêm da falta de especialização em atividades que possam incluir todos os alunos nas aulas. Os professores têm o papel de fazer inovações e buscar mais conhecimento a respeito de atividades de inclusão, dando liberdade a eles de melhorar as relações afetivas e tornando o ambiente de aprendizagem acolhedor.

Como aponta o estudo de Alves e Duarte (2014), ao pesquisarem a percepção dos alunos com deficiência sobre a inclusão nas aulas de Educação Física, estes afirmam que o processo de adaptação metodológica auxilia os discentes com deficiência a vencer os desafios

propostos através das atividades e isso tem um ganho imensurável para as ações do dia a dia, pois prepara e estimula a autoconfiança em si mesmos. Como também o fato de sentir incluído está atrelado a uma participação social coletiva, de forma a oferecer condições igualitárias, e respeitando as adversidades e limitações de cada discente.

Entendemos que a Educação Física muito tem a contribuir com o desenvolvimento dos discentes com deficiência nos aspectos psicomotores, cognitivos e afetivos, mas é preciso um esforço pessoal, uma dedicação do docente para se capacitar, para buscar novos saberes, bem como um cuidado a mais para que suas ações contribuam de fato com o processo de inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de seguirmos com as palavras derradeiras desta proposta investigativa, cabe-nos retomar e afirmar que o objetivo traçado foi alcançado com o rigor que a temática demandava. Sendo assim, foi analisado e discutido como o trabalho pedagógico vem sendo desenvolvido nas aulas de Educação Física, centrando-se nas estratégias mais utilizadas pelos professores.

Ficou evidenciado, dentre vários pontos importantes debatidos no texto, que entre as principais dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física se sobressaíram a falta de recursos materiais, estrutura física inadequada, a falta de incentivo à formação continuada e fragilidades na formação inicial que implica no trato pedagógico com os alunos com deficiência. Para contornar essa situação, as atividades adaptadas costumam ser utilizadas como o principal recurso pedagógico.

Como questões que merecem ser abordadas em trabalhos posteriores, destacam-se as condições de trabalho. Foi verificado que três professores possuem contratos temporários. Tal condição, de certa maneira, compromete a qualidade do processo de ensino e aprendizagem por interditar a continuidade do trabalho que será desenvolvido no ano seguinte, o que reverbera na convivência com os discentes e no clima escolar. Diante desse apontamento, salientamos a necessidade de novas pesquisas que possam vir a complementar esta, com o intuito de contribuir com as questões da Educação Física escolar inclusiva.

Apesar de o tema da Educação Inclusiva sempre estar em evidência no cenário acadêmico e ser fruto de calorosos debates no meio acadêmico, tratamos essa temática por compreender que há ainda várias lacunas a serem exploradas quando se trata de atuação docente. Do mesmo modo ainda existe em muitas escolas do Brasil uma forte exclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, sobretudo por conta das “limitações”, que como várias vezes foi comentado, não deve ser o foco do trabalho pedagógico.



É um estudo indicado para professores de Educação Física, estudantes da área da saúde e do campo das licenciaturas.

Evidenciamos a importância deste trabalho ao despertar a atenção das questões que envolvem a inclusão nas aulas de Educação Física. Como percebido, a valiosa participação dos professores foi de extrema importância por ter nos possibilitado conhecer sobre suas opiniões e vivências no chão da escola.

Por fim, diante de várias possibilidades, concluímos que a Educação Física escolar é de suma importância para a formação dos alunos, pois se bem trabalhada favorece a interação social, o desenvolvimento de habilidades motoras, a autonomia, a autoconfiança, dentre outros aspectos arrolados nesta produção. No entanto, deixamos claro que a proposta de inclusão escolar requer inúmeras implicações aos sistemas educacionais e aponta a necessidade de transformações no campo político, administrativo e pedagógico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, São Paulo, 2014, abr-jun; 28(2): 329-338. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/kfHVzTG6zBh8jRF9Xz48KPL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 dez. 2023.

ANDRADE, C. D. Nosso tempo. In: ANDRADE, C. D. **A rosa do povo** (21st ed., p. 29-29). Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARACATI. **Lei Municipal nº 556/2021**, de 30 de setembro de 2021. Dispõe sobre a implementação do Programa Educacional para a prática de Educação Física inclusiva para estudantes com deficiência. Disponível em: <https://aracati.ce.gov.br/leis.php?id=1531>. Acesso em: 05 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Aracati. **Dados do Município**. Disponível em: <https://aracati.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 28 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 03 de novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 27 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse: Censo Escolar da Educação Básica 2022.**

DA SILVA, H. M.; SOUSA, D. Q. O.; MENDONÇA, G. C. A.; BANDEIRA, P. F. R.; DIAS, M. A. Educação Física inclusiva no olhar da complexidade: um estudo de revisão narrativa. **Macabéa-Revista Eletrônica do Netlli**, v. 12, n. 2, p. 55-68, 2023.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432 p. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/863>. Acesso em: 05 out. 2022.

DINIZ, D. **O que é Deficiência?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FERREIRA, E. C. S.; OLIVEIRA, N. M. Evasão escolar no ensino médio: causas e consequências. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 39–48, 2020. Disponível em: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/v1n2a4>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FRANCO, R. M. S.; GOMES, C. Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos da Criança.** 20 de novembro de 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclDirCrian.html>. Acesso em 27 dez. 2023.

RODRIGUES, D. A. Educação Física em relação à educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 2003. Acesso em: 07 de out. 2022.

RODRIGUES, D.; LIMA RODRIGUES, L. Educação Física: formação de professores e inclusão. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 2, p. 317-333, 2017.

SANTOS FILHO, F. W.; MAGALHÃES JUNIOR, A. G. Análise da História e legislação sobre o Professor Temporário do Estado do Ceará. **Inovação & Tecnologia**, n. 5, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/4857>.

Acesso em: 15 fev. 2024.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**, Brasília, p. 19-23, 2005. Acesso em: 11 de nov. 2022.

SEKI, A. K.; SOUZA, A. G. de; GOMES, F. A.; EVANGELISTA, O. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 942–959, 2017. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.12i3.014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10526>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015. Acesso: 01 de set. 2022.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 35–48, 2017. DOI: 10.15448/2179-8435.2017.1.24527. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/24527>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SILVA, O. O. N. A Formação e produção acadêmica na educação física adaptada: uma discussão à luz das diretrizes da educação inclusiva no estado da Bahia. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 214, p. 10-23, 2019.

SILVA, J. A. C. **A Base Nacional Comum Curricular e a Inclusão na Educação Física Escolar: Relações (Im)Possíveis?** 2021. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Instituto de Educação Física, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SIMÕES, A. S.; LORENZINI, A. R.; GAVIOLI, R.; CAMINHA, I. de O.; SOUZA JÚNIOR, M. B. M. de; MELO, M. S. T. de. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O TRABALHO EDUCATIVO INCLUSIVO. **Movimento**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 35–48, 2018. DOI: 10.22456/1982-8918.73009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/73009>. Acesso em: 26 fev. 2024.

SOUZA, S. T. B. **História da Educação Física no ensino superior no Ceará (de 1965 a 1976): implicações dessa trajetória** [recurso eletrônico] / Symon Tiago Brandão de Souza. - 2022. 162 p. Dissertação (MESTRADO ACADÊMICO) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Curso de Programa de Pós-graduação Em Educação - Mestrado Acadêmico, Fortaleza, 2022.

SOUZA, S. T. B. de; PEREIRA, A. S. M.; VENÂNCIO, L. Alunos(as) com necessidades educacionais especiais na Educação Física Escolar: relatos de experiências de um professor-pesquisador. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 4, p. e48178, 2022. DOI: 10.47149/pemo.v4.e48178. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8178>. Acesso em: 26 fev. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, Espanha, 10 jun. 1994.